PARECER CEE N.º 917/80 – CEEG – APROVADO EM 4-6-80

ASSUNTO: Consulta sobre Direção de Escola

INTERESSADO: Daisy Anderi

RELATORA: Cons.^a Maria Aparecida Tamasso Garcia

PROCESSO CEE N.º 653/80

I – RELATÓRIO

1. Histórico:

Daisy Anderi, RG 721.501, Diretora de Colégio Estadual, aposentada, dirige-se a este Colegiado expondo e consultando sobre o seguinte:

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1946, foi nomeada em janeiro de 1947 para cargo de direção. Convidada para assumir a direção do curso supletivo nos "Cursos CADEM", solicitou ao MEC seu registro de Diretor. Tal pedido foi-lhe negado, sob a alegação de que a requerente deveria frequentar um curso de Habilitação em Administração Escolar, em virtude de Resolução do Conselho Federal de Educação. A interessada, invocando a manifestação deste Conselho para casos semelhantes, conforme Pareceres 410/76, 570/76 e 969/76 e juntando certidão de conclusão do Curso de Pedagogia, em que consta que estudou Administração Escolar durante dois anos letivos, consulta sobre a possibilidade de dirigir a escola já referida.

2. Apreciação:

1. O Parecer CEE n.º 410/76, de autoria da Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haider, resultou da consulta feita por Ana Luíza de Mattos Ruggoli, licenciada em Pedagogia pela USP, em 1966, sobre a validade da habilitação conferida pelo referido diploma para o exercício das funções atribuídas ao Administrador de Escola da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo.

A conclusão do Parecer foi a seguinte:

"A vista do exposto, considerando o disposto no Parecer CEE n.º 251/63, e especialmente o conteúdo exposto por nossa conclusão é no sentido de que a interessada está habilitada em Administração Escolar, inclusive para o exercício do cargo de Diretor de Escola de que trata a Lei Complementar n.º 114, de 13 de novembro de 1974".

2. O Parecer n.º 570/76, da Jura de Cons. Paulo Gomes Romeu, respondeu a consulta feita pelo Centro do Professorado Paulista que se preocupava em "como resguardar os direitos adquiridos pelos licenciados em Pedagogia formados anteriormente à Lei n.º 5.540/68 e ao Parecer CEE n.º 252/69, quando não existiam as chamadas habilitações".

O Parecer conclui: "Não se poderá considerar o disposto na Deliberação CEE n.º 1/75 que regulamentou a Lei Complementar n.º 114/74 no que concerne à indicação das habilitações necessárias ao provimento dos cargos da carreira do magistério, como um fator impeditivo ao aproveitamento desses licenciados em tarefas não docentes. A referência explícita a habilitações vigentes, naquele momento, não poderia evidentemente significar o desconhecimento de direitos legitimamente adquiridos com respaldo da legislação anterior".

Da sua conclusão consta ainda: "Em tais condições, os licenciados em Pedagogia em regimes anteriores ao instituído pela Resolução CFE 2/69, havendo conquistado direitos que alterações posteriormente introduzidas na estruturação do referido curso não poderiam anular, devem ser considerados habilitados para o magistério das disciplinas pedagógicas e para o exercício de tarefas não docentes da atividade educacional, entre as quais inclui-se a do administrador escolar". O Parecer só faz restrições à Habilitação Orientação Educacional: "portanto, no caso específico da Orientação Educacional, tendo em vista a existência do mencionado dispositivo legal (o Parecer CEE n.º 374/62) que constituía o curso de Pedagogia em pré-requisito para realização dos estudos especializados previstos para obtenção da habilitação, não é possível cogitar-se de direitos adquiridos pelos licenciados em regimes anteriores ao instituído pela Resolução CFE n.º 2/69.

Pela mesma razão, entretanto, não é possível deixar de admitir que tais direitos foram conquistados pelos habilitados no curso especial organizado nos moldes da legislação então vigente. E, por último: "As conclusões deste Parecer são aplicáveis no ensino estadual, com base nos limites da competência do Conselho Estadual de Educação.

3. O Parecer n.º 969/76, também da autoria da Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haider, responde a consulta acerca da habilitação de Administrador Escolar no sistema de ensino do Estado de São Paulo e diz na sua conclusão: "A questão proposta por Antônia Carlota Gomes, já foi resolvida pelo Parecer CEE n.º 570/76 que reconheceu, a todos os licenciados em Pedagogia, em regimes anteriores ao da Resolução CFE n.º 2/69, os mesmos direitos que o Parecer CEE n.º 410/76 casuisticamente atribuiu aos egressos do curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo.

Consideramos importante resumir as situações e as conclusões dos referidos pareceres, para tentar resolver de vez as dúvidas suscitadas na sua interpretação.

Pensamos poder concluir com apoio nesses três pareceres:

1. Os diplomados em Pedagogia, em regimes anteriores ao da Resolução CFE n.º 2/69, estão aptos ao exercício das funções ou provimento de cargos que decorrem das habilitações instituídas pela mesma Resolução, excetuada a de Orientação Educacional, em qualquer escola do sistema de ensino do Estado de São Paulo.

2. Os portadores de diploma de Orientação Educacional, obtido em curso especial, após curso de Pedagogia, no regime do Parecer CFE n.º 374/62, estão aptos ao exercício da função ou cargo de Orientador Educacional, no sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

5. Como consequência desta interpretação, a Secretaria de Estado da Educação poderá autorizar o exercício dessas funções ou provimento de cargos na rede estadual, municipal ou particular por portadores dos diplomas acima referidos.

II – CONCLUSÃO

1. Nos termos deste Parecer, a Secretaria de Estado da Educação poderá autorizar a interessada Daisy Anderi, licenciada em Pedagogia em regime anterior ao da Resolução CFE n.º 2/69, a dirigir estabelecimento de ensino, vinculado ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

2. Encaminhe-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Educação para ciência e demais providências cabíveis.

CESEG, em 12 de maio de 1980.

a) Cons. Maria Aparecida Tamaso Garcia, Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os membros conselheiros: Antônio Ferreira da Rosa Aquino, José Augusto Dias, Lionel Corbell, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1980.

a) Cons. José Augusto Dias, Presidente

IV – DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 4 de junho de 1980.

a) Cons.ª Maria de Lourdes Mariotto Haider, Presidente